



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI -SERASA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0757/03	DATA: 11/06/03
INÍCIO: 15h02min	TÉRMINO: 15h57min	DURAÇÃO: 55min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 56min	PÁGINAS: 19	QUARTOS: 11
REVISÃO: Veiga		
CONCATENAÇÃO: Márcia		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Elaboração do roteiro dos trabalhos e apreciação de requerimentos constantes da Pauta nº 1.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Giacobbo) - Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito que tem a finalidade de investigar as atividades da SERASA. Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da reunião anterior. Estando as cópias já distribuídas, indago a dispensa da leitura da mesma. *(Pausa.)* Em votação a solicitação do Presidente. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir, vamos passar à votação. Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Comunicação. Comunico aos Sr. Deputado o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 944, de 5 de junho de 2003, da Liderança do PSDB, indicando o Deputado Julio Semeghini membro suplente desta Comissão, em substituição ao Deputado Átila Lira. *E-mail* do Sr. Antônio Moreno, denunciando que foi prejudicado pela SERASA e colocando-se à disposição para prestar depoimento, em anexo, estudo elaborado pelo Sr. Marco Antônio Pizzolato "A SERASA e a ilicitude de seus atos". Ofício nº 98, de 06 de junho de 2003, da Consultoria Legislativa, designando o consultor legislativo José Machado de Oliveira Filho para prestar assessoramento e consultoria técnica especializada junto a esta Comissão. Ofício nº 147, de 05 de junho de 2003, do Deputado Colombo, informando que, em virtude de estar participando da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, não teve tempo hábil para comparecer à reunião de instalação desta CPI. *E-mail* do Sr. Rubens Garcia de Souza, em que se diz vítima da SERASA e apresenta sugestões de mudanças. Todas as cópias dos documentos poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão pelos seus membros. Ordem do Dia. A presente reunião destina-se à elaboração do roteiro dos trabalhos e à apreciação dos requerimentos constantes da Pauta nº 1. Informo aos senhores que já há alguns requerimentos apresentados, a partir dos quais se poderá dar início aos trabalhos. Também informo aos nobre companheiros que todos os requerimentos deverão ser encaminhados com antecedência à Secretaria da Comissão para serem numerados e publicados na Ordem do Dia. Inicialmente, gostaria de apresentar alguns pontos, como sugestão de roteiro para os nossos trabalhos, havendo a existência já de um requerimento extrapauta assinado pelos Deputados, dando número regimental suficiente, do Relator, Deputado Gilberto Kassab. Estabeleço também o dia e o horário das próximas reuniões, que deverão ser realizadas todas às terças-feiras, às 14h30min.



A próxima reunião será no dia 16, no Plenário 13. Concedo, agora, a palavra ao Relator, Deputado Gilberto Kassab, para suas considerações.

**O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB** - Srs. Deputados, Sr. Presidente, eu creio que esta primeira reunião é muito mais no sentido de aprovar os requerimentos encaminhados à Presidência dos trabalhos e os requerimentos extrapauta encaminhados por esta Relatoria, no sentido de podermos tomar conhecimento com mais propriedade do perfil da empresa SERASA, seus dirigentes, seu estatuto e iniciarmos, então, um processo de dar seqüência aos andamentos dos trabalhos desta CPI. Eu acredito que hoje, efetivamente, se instalam os trabalhos. Será uma reunião rápida, uma reunião simples, quando, após a aprovação desses requerimentos, teremos, já na semana que vem, na terça-feira, às 14h30min, a oportunidade de distribuir já alguns documentos aos colegas da Comissão, ter a oportunidade de ouvir algumas das pessoas que estarão sendo convidadas por esta Comissão, para que possamos ir formando a nossa opinião e desenvolvendo os nossos trabalhos. Então, sugiro, Sr. Presidente, que possamos já votar os requerimentos, para que passemos então a nos programarmos para as próximas reuniões.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Giacobbo) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - Sr. Presidente, eu, atentamente ouvindo V.Exa., inclusive já dando um calendário para que, na semana que vem, nós tivéssemos aqui, às 14h30min, uma reunião, no Plenário 13, gostaria de, pelo menos informar a V.Exa., a título de sugestão, que essa reunião de terça-feira, ela fosse postergada para a semana seguinte, uma vez que a semana que vem, nós temos a informação já de que não vão ser pautados projetos e, em decorrência do feriado da quinta-feira, a freqüência na Casa será bem pequena. Então, quinta-feira que vem é feriado. E como já começam também as festas juninas no Nordeste, há uma tradição nesta Casa da ausência de Parlamentares, principalmente das Regiões Norte e Nordeste. Então, nós teremos de trabalhar aí com essa hipótese também. A sugestão que faço a V.Exa. é a de que transfira a sessão da semana que vem para a outra semana. É sugestão apenas.



**O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI** - Presidente, eu queria também acompanhar o raciocínio, bem fundamentado, de que a semana que vem já está prejudicado pelo já que foi exposto. Eu comungo, *ipsis literis*, com o que foi falado aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Giacobbo) - Esta Presidência estende a palavra aos demais Deputados que queiram debater este assunto. Mas não se opõe, não. Se não tiver nenhuma objeção, está marcada a reunião para a próxima quarta-feira, que seria dia 24, às 14h30min. Acatada a vossa sugestão, Deputado. Aí, o plenário será definido e a Secretaria informará aos vossos gabinetes. Passamos à deliberação dos requerimentos. Item nº 1, Requerimento nº 1/03, deste Deputado. Eu passo a presidência ao 1º Vice-Presidente, Deputado Zico Bronzeado, que vai dirigir a sessão, por eu ser o autor deste requerimento e do outro, o posterior. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Com a palavra o Deputado Giacobbo, para justificar os requerimentos apresentados. Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - Sr. Presidente, nós temos aqui na pauta 3 requerimentos do mesmo autor. Eu acho que nada obsta votarmos esses requerimentos em globo. Então, já que o Presidente é o autor dos requerimentos e V.Exa. está presidindo os trabalhos, ele poderia falar sobre os 3 requerimentos, tecer os comentários, e V.Exa. colocar em globo a votação dos 3 requerimentos, ou até de um a um, mas desde que...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - Não pode ser em globo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - O Regimento, Deputado, não permite. Pode ser discutido em conjunto.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - Sim, mas ele pode falar por todos, e V.Exa. colocar: Requerimento nº 1, aqueles que são favoráveis...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Sim, sem nenhum problema. Com a palavra o Deputado Giacobbo.

**O SR. DEPUTADO GIACOBO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Requerimento nº 01/03, de nossa autoria, solicita ao Ministério da Fazenda cópia autêntica de inteiro teor do processo administrativo que resultou no convênio entre a



União e a FEBRABAN. Então, eu acho que isso é de principal importância, para que nós possamos aqui discutir realmente o teor desse convênio, se a FEBRABAN o estendeu até a SERASA, como que tem sido feito o uso desse convênio, se ele tem se pautado nas normas da Constituição e assim por diante. Esse seria o nosso Requerimento nº 1. Então, eu acho de vital importância, para que nós comecemos a discussão, realmente nos pautar desse processo administrativo que resultou esse convênio. Então, muito importante. Eu já havia solicitado, enquanto não se tinha instalado esta CPI, e, até então, o Ministério da Fazenda e a União não nos tinham dado nenhuma resposta. Então, através desta CPI, acredito que a União vai dar mais, realmente, importância a ele, e vá, num prazo determinado pela Casa, nos estender o convênio, para que nós possamos analisar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Em votação o Requerimento nº 1.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - Pela ordem, Sr. Presidente, antes da votação. Sr. Presidente, eu estava conversando até com o meu companheiro aqui do lado e quero deixar aqui um posicionamento. O requerimento do nobre Presidente acho até procedente, mas eu creio que se, eventualmente, nas informações que possivelmente sejam sigilosas da empresa — nas informações que sejam sigilosas — talvez seja necessário, aí, um outro procedimento. A Secretaria pode... e explicação do motivo correto para podermos aprovar. Eu vou votar favorável ao requerimento, mas eu quero deixar aqui sobrestada essa posição. As informações sigilosas da empresa, não sei qual a metodologia que nós poderíamos estar aqui fazendo requerimentos ou solicitando a quebra do sigilo para poder ter as informações necessárias. Apenas a título de informação e até de posicionamento, de limite. Eu acho que, como Parlamentar, eu tenho essa obrigação de me posicionar dessa maneira, para que nós não venhamos aqui extrapolar ou exceder da nossa competência regimental e legal. Então, é só apenas a título de informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Nobre colega Deputado, duas situações que nós não poderíamos pedir seriam informações fiscais ou bancária da empresa. Informações sigilosas são fiscais ou bancária.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO GIACOBO** - Pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Pela ordem, o Deputado Giacobbo.

**O SR. DEPUTADO GIACOBO** - Se o nobre Deputado prestar a atenção, na própria instalação da CPI, vai ver que tem uma cópia desse convênio anexo. Certo? Então, eu não estou requerendo nenhuma quebra de sigilo, bem pelo contrário, estou requerendo um convênio entre a União e a FEBRABAN. Então, eu acho que não tem nenhum empecilho regimental para que isso aconteça, e até porque essa cópia já nos é de conhecimento. Mas que ela venha realmente de onde ela tem que vir, que é da União, oficialmente, para esta CPI.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu não estou aqui me posicionando contrário ao requerimento. Eu só estou colocando que é nosso dever trabalhar dentro dos limites legais, dos princípios éticos, até para que esta Comissão, nobre Presidente, V.Exa. está aqui ao meu lado, não venha a ser exposta ao ridículo. Então, eu acho que é fundamental termos aqui essa cautela, para que nós não venhamos extrapolar ou exceder em posições e ações que não estariam na alçada meramente de um requerimento simples como este. Então, eu, a título meramente de posicionamento, estabelecendo os nossos limites. Eu sei que o nobre Relator é um Deputado da mais larga experiência, principalmente na atividade empresarial, pois trata-se de um empresário, tem convivência grande com o sistema bancário, com o sistema financeiro, com o sistema comercial, conhece profundamente dos problemas. E ele, tenho certeza absoluta, juntamente com o nosso Presidente e a Mesa Diretiva desta CPI, estará sempre atento para que nós venhamos aprovar aqui, efetivamente, requerimentos plausíveis e da nossa competência. Só e apenas nesse sentido foi que eu marquei o meu posicionamento. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - A Mesa aceita vossa sugestão. E, antes, eu gostaria de fazer um registro aqui por motivo de trabalho. Há duas autoridades lá da fronteira do Acre com o Peru, o Prefeito da cidade de Inhapari, Sr. Mário Monteiro, e o Prefeito Manoel Batista, de Assis Brasil, lá da saída da estrada do pacífico, fronteira com o Peru. Pela ordem, o Deputado Almir.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** - Sr. Presidente, eu acho pertinente a preocupação do nobre Deputado, mas eu creio que não cabe aqui a orientação de



sigilo, porque nós estamos pedindo — o que o requerente pede é apenas o contrato que delibera as ações para nós sabermos o que pode e o que não pode fazer a SERASA. Eu acho que expor ao ridículo é o que a SERASA faz com o contribuinte. Aí é que está o ridículo, não o que nós venhamos, possamos aqui passar ou coisa parecida. Pelo contrário, nós estamos aqui defendendo o contribuinte. E também já passamos muitas vezes pelo ridículo, porque nós somos uma caixa de ressonância da sociedade. Nós somos aqui a sociedade, nós a representamos. Então, o que o requerente pede, o nobre Deputado Giacobbo? Ele pede tão-somente um instrumento que venha, de forma oficial — tendo em vista que já existe o documento, mas não veio de forma oficial —, até para que possamos cobrar oficialmente da União ou da SERASA, um documento que ela mesmo tenha mandado, porque, aí, sim, não tendo e com o que nós temos na mão só, ela pode dizer que não foi de forma oficial que nós adquirimos esse documento. Mas entendo a preocupação do nobre Deputado, sim.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - Apenas novamente para esclarecer o meu colega, que até referendou as minhas palavras. Eu acho que nós aqui não estamos para fazer palanque eleitoral, não estamos aqui para aparecer, estamos aqui para trabalhar. Já fiz parte de outras CPIs e, graças a Deus, tivemos o êxito. Fiz parte de uma CPI, nesta Casa, que foi a CPI dos Medicamentos. E se hoje temos implantada neste País a política de medicamentos genéricos, beneficiando a população carente brasileira com preços mais baixo, deve-se em muito à CPI de que eu fiz parte. Quero colocar novamente, Sr. Presidente: fiz, à título de informação, para que nós não venhamos a solicitar informações sigilosas em requerimentos simples, tão-somente. Não estou aqui contradizendo nada. Quero apenas deixar registrado que estaremos atentos a esse tipo de coisa. E tenho certeza de que o nobre Relator, junto com o Presidente, muito sabiamente saberá dirigir e entender os posicionamentos de cada requerimento. Tão-somente isso, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** - Mas foi isso que nós entendemos, Deputado. Foi isso o que nós colocamos também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Deputado, pela ordem. A Mesa vai acatar as sugestões e vai tomar todas as providências necessárias para



que esta Comissão não crie nenhum obstáculo para o andamento desses trabalhos. Pela ordem, tem a palavra o Deputado Gerson.

**O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI** - Sr. Presidente, eu queria dizer que esta CPI é uma oportunidade extraordinária para todos nós Parlamentares e brasileiros conhecermos mais do que uma empresa, porque a empresa é um ente que pode estar e não estar funcionando, a depender da gestão. Mas o que nós iremos aferir aqui é um sistema, é um sistema de crédito, de proteção ao bom pagador, que, de alguma forma, discrimina as pessoas que não conseguem, por motivos vários, honrar seus compromissos. Eu quero crer que, por ser a primeira reunião hoje, estamos começando a analisar o primeiro item da pauta e que nós deveremos ter cuidado, cuidado, porque, além de uma empresa, nós teremos que analisar um sistema e nós não deveremos prejudicar antes do andamento do processo que aqui começa a ser instalado. Na medida em que a gente começa emocionalmente a colocar as coisas, como se nós estivéssemos individualmente sendo atingidos pelo sistema ou estivermos aqui para vingar algum tipo de dificuldades, eu acho que deveríamos ter, como Parlamentares, maduros, centrados, com a responsabilidade que temos de indicar alguns caminhos para o País, principalmente a retomada do desenvolvimento, que passa por um sistema aperfeiçoado de crédito, nós devemos deixar a emoção de lado, trabalhar com a razão, friamente, evitar nos indisciplinar, para que possamos administrar os holofotes aqui, porque ô turminha para gostar de holofote, para gostar de mídia, de *flash* e de televisão! Então, esse sistema é um sistema muito sério. Isso mexe com a vida de centena de milhares de brasileiros que precisam de uma palavra, "*você pode comprar de um alfinete a um avião*". E, sem um sistema, seja qual for, como existe em qualquer lugar do mundo, não existe venda nem compra. Então, eu recomendo que nós possamos de maneira racional, objetiva, aperfeiçoar não só esse sistema dessa empresa que se chama SERASA, como outros sistemas, inclusive sistemas internacionais, que estão se instalando aqui, e esta Comissão nem sabe. Existem multinacionais que vieram aqui de olho grande em nosso mercado, estão se instalando aqui, e não estamos acompanhando como chegaram, de onde vieram, de onde vieram os recursos, se estão com dinheiro sadio ou dinheiro de alguma outra origem. O que estou achando é que nós temos a responsabilidade, como





Parlamentares, de tratar um assunto sério e dessa gravidade e dessa importância sem emoção. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Pela ordem de inscrição, vou conceder a palavra ao Deputado Murilo Zauith e depois ao Deputado Antonio Fleury.

**O SR. DEPUTADO MURILO ZAUITH** - Sr. Presidente, nós estamos iniciando esta CPI, e estamos iniciando com o primeiro requerimento, e esse requerimento já está trazendo uma discussão muito grande. Se houve a abertura desta CPI da SERASA, que detém o monopólio de um serviço no País, que nós vamos começar a conhecer, que é mantida por um monopólio de bancos, que, hoje em dia, se nós precisamos da SERASA, também todo cidadão precisa ter uma conta bancária, ninguém vive hoje sem precisar ter um talão de cheques, ter uma conta em banco — ninguém exerce sua cidadania — e também não exerce sua cidadania passando pela SERASA quando precisa fazer suas compras. Então, estamos conhecendo um serviço que é monopólio no País, e nós vamos... e eu estou preocupado com o zelo. Zelo do quê? Tanto zelo por esses serviços? Precisamos é conhecer esses serviços, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Pela ordem, Deputado Luiz Antonio Fleury.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Sr. Presidente, veja bem, eu vou votar favoravelmente ao requerimento, quero deixar isso bem claro, embora eu gostaria de saber do autor por que nós estamos tratando de SERASA e estamos pedindo um convênio com a FEBRABAN. Eu quero esclarecimentos, porque não estamos investigando a FEBRABAN, nós estamos investigando a SERASA, está certo? Primeiro ponto. Segundo ponto, Presidente: parece-me, já participei de outras CPIs, aqui se pede o processo administrativo que resultou no convênio. Não é melhor nós primeiro requeremos o convênio, requisitarmos o convênio, para sabermos depois se nós vamos precisar de processo administrativo, que pode ou não ser necessário? Eu não sei. E acho que está havendo uma inversão, com todo o respeito, acho que nós deveríamos antes discutir o roteiro dos trabalhos, para depois votar os requerimento, porque, uma CPI para chegar ao final, e a bom termo, o mais importante e fundamental é se estabelecer o seu roteiro de trabalho. Senão, corre-se



o risco, não há um Deputado aqui presente que não tenha sido apontado na SERASA ou que não tenha alguém da família que não tenha tido problema com a SERASA. Então, nós corremos o risco de ficar atirando para todo o lado. A SERASA não tem o monopólio, vou deixar bem claro isso também, por uma questão... A Associação Comercial de São Paulo, por exemplo, tem o seu serviço de proteção ao crédito lá, há empresas particulares que têm também. Agora, não têm o monopólio, mas é a maior empresa do setor. De qualquer maneira, eu acho que o fundamental é definir o roteiro, e aí, dentro do roteiro, nós vamos ver quem nós vamos ouvir, quais requerimento serão feitos, tudo aquilo que nós precisamos saber a respeito dos fatos determinados que nós temos que apurar aqui. Porque senão, nós corremos o sério risco da dispersão dos trabalhos, e isso, tenho certeza, não é objetivo de ninguém. Muito obrigado. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Pela ordem de inscrição, com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** – Muito obrigada, Sr. Presidente. O Deputado Fleury acabou abordando um assunto que eu ia colocar, mas vou reforçar. E ainda bem que eu estou aqui, porque senão seria a CPI do Clube do Bolinha, porque olhei ali, não tem mais mulheres nesta CPI. Mas, colegas, acho essa questão de CPI uma responsabilidade muito grande. Ou nos damos um atestado de competência porque fizemos um trabalho certo ou damos à empresa que estamos investigando. Correto? E eu acho que aqui não tem ninguém preocupado em vir para uma CPI com a idéia de massacrar. Correto? Acho que não tem ninguém aqui com essa preocupação, mas a preocupação é de que as investigações saiam. Agora, imaginam que a gente precisa, para que os trabalhos possam andar melhor, desse processo de elaboração de como é que nós vamos trabalhar, por onde vamos. Até porque para se chegar ao processo de uma CPI é porque já veio muito coisa para trás, tem muitas informações que talvez eu não saiba e outros colegas aqui não sabem. Qual foi o fato gerador da nossa CPI, para que todos possamos conhecer, para que todos possamos discutir e ajudar? E quando eu me propus a vir para CPI é porque eu queria ajudar mesmo. Eu acho que a gente precisa começar conhecendo quais são os fatos geradores, para a gente poder ir atrás. Por exemplo, já chegaram ao meu gabinete algumas denúncias,



ontem e hoje, para trazer para a CPI. Vou trazer, estamos elaborando. Mas eu quero estudar melhor quais são as justificativas, para que eu possa convencê-los de que é importante trazer fulano, sicrano e beltrano para serem ouvidos aqui. Embora eu ache que o Parlamentar que fez o requerimento, e eu vou votar favorável, deve ter seus motivos, mas eu acho que precisa melhor explicar, porque eu fui também procurar aqui na justificativa e não consegui compreender muito bem, embora eu tenha certeza absoluta de que você tem as suas razões, mas é preciso que nós também conheçamos as razões, para poder ajudá-lo, para que essa CPI não vire aquilo que alguns talvez estejam torcendo e nenhum de nós gostaríamos que fosse. Eu acho que, se for o caso, inverter a pauta, começar por onde vamos realmente trabalhar e... Eu, particularmente, preciso de mais informações sobre o requerimento. Mas voto favorável, porque eu acho que é para ajudar. Mas acho que quanto mais a gente abrir as informações aqui, melhor para nós, melhor para a gente trabalhar. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Pela ordem, o Deputado Giacobbo, depois o Deputado Deley...

**O SR. DEPUTADO GIACOBO** - Sr. Presidente, Deputada, Deputado Fleury, a mesma dúvida que V.Exa. tem é a minha, por isso, então, o requerimento. Nós sabemos, através de denúncias, que existe realmente esse convênio, e sabemos através, não oficialmente, porque existe a troca de informação, eu diria, da União para com a FEBRABAN, estendendo à SERASA. Eu justifico aqui o meu requerimento ao Deputado Fleury. Quando mencionei FEBRABAN, o convênio é estendido à SERASA, certo? Até, torno a repetir, coloquei uma cópia deste a todos os gabinetes, no projeto de resolução, anteriormente. Quanto ao fato determinado desta CPI, eu faço a maior questão de novamente lhe explicar. Nós não estamos... Eu fui o autor desta CPI, da formação dela, com o único intuito, sim, de esclarecimento. Essa CPI não está montada, de maneira alguma, para beneficiar nem os maus pagadores e nem caloteiro e nem coisa deste nível, tampouco... Particularmente, eu sou completamente contra isso. Agora, nós estamos aqui, sim, para ver a legalidade desses convênios, das atividades prestadas, muitas vezes benéficas, pela SERASA, perante toda a sociedade comercial, produtora e trabalhadora, da legalidade disso. E também para defender, sim, aquele que eu



considero vitimado, que está lá com o seu nome negativado ou sujo, de uma maneira indevida. Quando eu falo maneira indevida, eu falo daquele cidadão, por exemplo, que está discutindo uma dívida na esfera judicial, ainda não tem se um resultado de julgamento em esferas superiores transitada em julgado e tem o seu nome negativado. Isso é um simples exemplo que estou lhe dando. Ou aquele cidadão que teve o seu CPF clonado — isso é uma prática, infelizmente, normal no Brasil —, teve o seu nome negativado, não conseguiu sair do SERASA até hoje. Então, são alguns exemplos que posso lhe citar, certo, para realmente se apurar aqui, a legalidade de tudo isso, a agilidade, passo aqui o Deputado, para se retirar o seu nome do SERASA para que ele possa prosseguir na sua atividade produtiva, na sua vida normal. Então, esse, se fiz me entender, Deputado, sucintamente, é o embasamento do nosso requerimento. E quanto à dúvida, eu repito, do requerimento é realmente a minha dúvida, é a sua, é de todos os Parlamentares aqui, para ver o teor desse convênio, certo, para que a gente possa realmente continuar analisando o que é que se pode fazer ou não através desse convênio. Então, eu acho que eu esclareci a V.Sa. e aos demais. E quanto à elaboração do roteiro de trabalho, se me permite Presidente, já foi solicitado ao nobre Deputado Gilberto Kassab que faça isso, porque, não melhor do que o Relator que delinear realmente, dê um norteamento dos trabalhos para que ele possa realmente relatar com clareza, com presteza e sem nenhuma dúvida com o cronograma de trabalho que vai ser elaborado. Então, eu pessoalmente peço, e está aqui na pauta, ao nobre Deputado Gilberto Kassab, que já falou anteriormente, já tem um requerimento dele extrapauta para que ele mesmo possa — e eu dou toda razão a ele — inteirar e fazer essa elaboração com conteúdo, saber qualificar pelo menos a SERASA, certo, para nós sabermos com quem é que nós estamos realmente lidando. Quem é que responde pela SERASA, como é que se constitui a empresa SERASA, se ela é realmente uma empresa pública, privada, limitada. S. A., para que ele possa realmente fazer e elaborar esse cronograma de trabalho. Então, eu acho que ficou bem esclarecido, e peço ao Presidente realmente que continue a condução aí o mais breve possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Pela ordem, o Deputado Deley para discutir o requerimento.



**O SR. DEPUTADO DELEY** - Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria só fortalecer a opinião do Fleury e, desde já, a nossa musa, a Deputada Perpétua.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Está eleita já nossa musa.

**O SR. DEPUTADO DELEY** - Para que realmente... A sugestão é que nós, Deputados, antes de qualquer outro encontro público, pudéssemos nos reunir até para realmente traçarmos essa linha de ação, para que a gente não se sinta perdido. E que fique bem claro que ninguém deve ficar ou estar preocupado com a questão da mídia. Nós estamos aqui para trabalhar, e com certeza ninguém vai deixar o seu emocional tomar conta das suas opiniões. E é importante que se entenda que, em momento algum, não pode ser o nosso objetivo querer massacrar, seja a SERASA ou qualquer outra empresa semelhante que preste o mesmo serviço. O nosso principal objetivo é corrigir alguns erros que possam estar acontecendo e principalmente que essas empresas possam atender melhor o povo brasileiro, principalmente aqueles mais humildes, que têm muito pouco acesso e que realmente ficam muito prejudicados em determinadas ocasiões. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Pela ordem, Deputado Colombo. Depois, o Relator quer fazer algumas considerações.

**O SR. DEPUTADO COLOMBO** - Sr. Presidente, veja que estou fazendo minhas avaliações. Ninguém está aqui por ingenuidade. Todo mundo aqui chegou com uma opinião a favor ou contra a SERASA, o que é ótimo e importante. Ninguém chegou com absoluta neutralidade. É burrice achar que alguém chegue com neutralidade para tratar de um assunto desse. Eu tenho meus preconceitos sobre essa questão. Primeiro, na minha avaliação, a menos que a CPI, ao final, me comprove o contrário, existe um monopólio. Há alguns que dizem que não, vamos ver se não existe. Por exemplo, no setor financeiro, relações financeiras, não tem outra instituição no Brasil. Então, o monopólio existe pelo menos num setor. Todo mundo que é inscrito na SERASA e tem efeito devastador na sua possibilidade de crédito e negócios, é inscrito por mera alegação. A SERASA não pede nenhuma comprovação, mera alegação. E também os efeitos da inscrição na SERASA é de mão única: uma empresa notifica a SERASA, e a SERASA me coloca em todas as instituições que poderiam prestar um determinado serviço financeiro ou comercial, e eu não tenho como reagir a isso, porque a SERASA não recebe um recurso



administrativo meu para retirar o meu nome de lá. Portanto, é via única, mão única. Aí é uma ação administrativa que não tem solução administrativa. Todo mundo vai dizer assim: *“Ah, mas você pode entrar na Justiça contra a empresa que colocou você lá”*. Aí a empresa vai, vou entrar na Justiça, a empresa vai alegar, vai fazer conluio com a SERASA para me enrolar. Quer dizer, se eu tiver capital, recurso financeiro, bem que eu poderei me assessorar de advogados bem remunerados, fazendo excelentes pesquisas e resolver o problema. Agora, imagina o pobre. Portanto, o pobre não consegue por via administrativa e não tem, por via legal, como fazer uma mão dupla com a SERASA. Portanto, na minha opinião, a menos que esta CPI me prove, no final do relatório, o contrário, eu acho que hoje a instituição chamada SERASA é perniciosa ao Brasil. Ela poderá existir para os fins que se propõe, poderão existir instituições correlatas assemelhadas aos fins que se propõe, para preservar aqueles que querem ter crédito, tem condições de ter crédito. Existe um banco de dados que comprova: *“Olha, este aqui é um bom pagador, este aqui demora um pouco para pagar, mas ele paga, e este aqui não tem jeito, esse aqui é pilantra mesmo”*. Tem que ter um banco de dados que diz. Muito bem. Agora, esse banco de dados, ele não faz uma meia análise: *“Olha, este aqui tem sido bom pagador, mas esta conta aqui ele não pagou, ele está ferrado”*. Não tem limbo, não tem purgatório aqui, só tem ou céu ou inferno. Então, a SERASA tem que ser revista desse ponto de vista. Esse negócio de dizer: *“Ah, tem a solução do Judiciário”* faz parte provavelmente da política da própria empresa, porque aí é um caminho tortuoso, complicado e prejudica os pobres. Nos programas de microcrédito é onde nós vemos o efeito devastador da SERASA. A pessoa pegou 2 mil reais emprestados no banco, uma dificuldade qualquer lá, ele não consegue pagar em dia, é notificado na SERASA, ele poderia pegar mais um empréstimo de 3 mil reais, ampliar seu negócio, pagar aquela conta, mas ele não pode, está estancado. Então, nem paga os dois, fica no chamado o impasse do burro. Quem conhece essa história, sabe muito bem. Então, não sai daí. É isso que acontece. Por fim, Sr. Presidente, quero comunicar a esta Casa: eu sou uma das pessoas que estão na SERASA, mas não vou falar do meu caso, não vou tratar do meu caso. Agora, se houver algum tipo de impedimento, gostaria que os colegas me comunicassem, a Presidência me comunicasse, que eu estou aqui, eu deixo a CPI da SERASA e



passo à condição de testemunha, porque o meu caso é bastante assombroso. Mas não vou tratá-lo e nem vou notificar a empresa.

**O SR. DEPUTADO GIACOBBO** - Um aparte, Deputado Colombo. Se for um requisito para fazer parte da CPI não estar na SERASA, vão ficar só os *cameramen* e os telespectadores, porque aqui acho que 80% está na SERASA.

**O SR. DEPUTADO COLOMBO** - Mas eu gostaria de deixar bem claro isso. Mas, de toda forma, eu gostaria de ter uma melhor avaliação desta instituição, porque eu já tenho um julgamento estabelecido, prejulgamento estabelecido. Portanto, deixo claro aqui que não sou nenhum ingênuo, e poderei evidentemente ser convencido do contrário, tenho essa boa vontade. E se houver algum tipo de impedimento qualquer, eu me retiro da condição de júizo ou investigador de CPI e passo à condição de testemunha. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Com a palavra, para encaminhar, o Relator.

**O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB** - Eu queria cumprimentar o Deputado Fleury e a Deputada Perpétua pela responsabilidade das suas manifestações e também todos os companheiros pela preocupação em apurar com profundidade eventuais problemas que existam no sistema de informações do Brasil e especificamente da SERASA. Eu tenho certeza absoluta de que esses trabalhos transcorrerão na mais absoluta normalidade. Mas hoje o que estamos fazendo, e voltando aqui ao início dos trabalhos, é justamente procurando proporcionar condições a esta CPI para que estabeleça, para que apresente à Comissão um roteiro de trabalho. E é evidente que, para apresentação desse roteiro, passa a ser de fundamental importância a apresentação da empresa que consta nos requerimentos que estão ou estarão sendo submetidos à votação. Por isso, eu acredito que todos aqui estejam falando a mesma linguagem, todos aqui têm o mesmo objetivo. Acredito, Sr. Presidente, que a aprovação desses requerimentos hoje ensejarão a todos nós a oportunidade de iniciarmos os trabalhos desta CPI, não mais agora na próxima terça-feira, mas na outra terça-feira, dia 24. Eu tenho certeza de que o Deputado Fleury e a Deputada Perpétua, assim como todos nós, estão muito conscientes da importância de analisarmos com muita profundidade cada ato desta Comissão, porque ela envolve o trabalho com um sistema de informações que,



em grande parte do sistema, sem dúvida nenhuma, ele pode ser de caráter sigiloso e deve ser tratado de uma maneira muito específica. Eu posso transmitir a vocês a minha solidariedade no pensamento de vocês, mas tenho certeza de que há solidariedade no pensamento do nosso Presidente, que tem manifestado, em diversas oportunidades, a sua preocupação em ter esta CPI sob o comando da tranqüilidade, da seriedade, da responsabilidade. E eu tenho certeza absoluta de que nós seguiremos, do primeiro ao último dia desta Comissão, seguindo essa trilha já delineada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Para encaminhar, para a gente poder votar o requerimento. A hora está se passando e não está tendo votação. Possivelmente vai ter votação no plenário. Vamos encaminhar.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** - Pois não, Sr. Presidente, é rápido. Eu queria somente deixar claro para esta CPI que nem todos os Parlamentares conhecem todos os Parlamentares. Se o nobre colega conhecesse este Deputado que está falando não falaria em holofote nem em mídia, porque eu tenho 25 anos de rádio e tenho 22 de televisão. E estou na mídia a hora que eu quiser estar, sem falsa modéstia. Então, não me preocupo com isso. Aqui, pelo contrário, a gente é até mais modesto, bem mais modesto. Se conhecessem este Deputado, não fariam em holofote. Eu quero dizer também que o interesse que nos rege aqui é defender o cidadão, em primeiro lugar, porque nós fomos eleitos pelo povo e para o povo, defender o povo. Diferente do que acontece muitas vezes, que é eleito pelo povo para defender empresas. Que a gente só vê isso quando está nesta Comissão, no plenário ou dentro desta Casa. Isso é fácil de se fazer. E outra coisa interessante: o nobre colega falou sobre a FEBRABAN. A FEBRABAN tem 67% das ações da SERASA, 67%. Claro que nós não estamos aqui numa CPI da FEBRABAN, mas só para registrar. A FEBRABAN não, alguns bancos: BRADESCO, Itaú e alguns outros bancos, 67%. E quero dizer também que nós temos que pautar a nossa conduta, a nossa linha de ação, pelo requerimento do nobre Deputado, senão nós não vamos pautar a nossa direção, nós não vamos ter direção, em princípio. Todos poderiam, da semana passada até hoje, ter mandado requerimentos. Por que não mandou? Deviam ter mandado. Agora, sabendo também que ficou claro aqui nesta CPI que vai ser briga de Davi contra Goliás, e sabendo também que subestimaram esta CPI





aqui, subestimaram. E vão ver que subestimaram mal esta CPI, mal, porque aqui tem Deputados que têm vontade, que têm desejo e que querem, sim, estar do lado do povo, do lado das pessoas. Então, foi mal subestimada, tá? É como algumas coisas que acontecem aí pela reforma que está por aí, que elege um lado, segura o outro, bota um bode num para poder aprovar outro, essas coisas assim. A CPI aqui também acharam olharam, disseram aqui, desculpa a expressão, no jargão popular, disseram: *“aqui só tem Zé Mané”*. Então, deixei de ir me embora. Vieram aqui no dia da instalação, deram uma olhada, uma espiada aqui para ver quem é que estava aqui. E depois disseram: *“só tem Zé Mané”*. E vão ver que não tem só Zé Mané aqui não, porque tem gente que estuda, tem gente que trabalha, que é estudioso na matéria e que também não quer massacrar coisa alguma, mesmo porque a SERASA não é nenhuma criança de colo que precisa da proteção que alguns desejam dar. Eu quero dizer que a gente está aqui pautando pela legalidade, que esta CPI merece o respeito que todos merecem dela. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Em votação o requerimento, não havendo mais discussão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Sr. Presidente, eu fiz uma sugestão. Não sei se o autor do requerimento vai aceitar ou não. Eu sugeri que se obtivesse, primeiro, o convênio, depois, se necessário, o processo administrativo. Não, já está pedindo os dois. Agora, V.Exa. entende que já conhece e tem conhecimentos necessários que vai precisar do processo administrativo? É isso que eu quero saber. Só isso, entendeu? Eu acho que eu tenho direito de saber, sem estar protegendo ninguém aqui, mesmo porque todos nós somos Zé Mané com muito orgulho. Agora, bobo é suplente, entendeu? Aqui todo mundo é igual.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - O Relator, o requerente tem...

**O SR. DEPUTADO GIACOBO** - A minha dúvida é a mesma de V.Exa., Deputado Fleury. Eu acho importantíssimo, não importante, que venha, sim, o processo administrativo que resultou realmente o convênio. Só o convênio eu diria a V.Exa. que eu já tenho, não oficialmente, conhecimento dele. Então, eu preciso para que o próprio Relator e Excelências aqui, Deputados e Deputadas, possam realmente ter conhecimento do que é que foi feito.



**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Eu agradeço pelo esclarecimento. Agora eu me sinto em condições de votar. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Em votação. (*Pausa.*) Não havendo discussão, Requerimento nº 1. Não havendo mais discussão, aprovado. Aprovado o requerimento. Em discussão o requerimento nº 2.

**O SR. DEPUTADO GIACOBO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Requerimento nº 2, de nossa autoria, requer que seja convidado — eu até abriria mão desse requerimento, até em virtude de nosso Relator fazer, certo, em respeito a V.Exa. desses posicionamentos, de fazer esse nosso roteiro de trabalho, eu abriria mão, retiraria ele de pauta.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - Posso dar uma sugestão, Sr. Presidente. A sugestão é a seguinte: aprovando o requerimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Só lembrando, nobre Deputado Neuton, que fale no microfone, porque esta CPI está sendo gravada.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - Sr. Presidente, eu faço uma sugestão, já que o Presidente colocou-se nessa posição de dúvida, eu sugiro, uma vez que está na pauta, que aprovemos o requerimento e deixe ele em *stand by* para se enquadrar dentro do roteiro. Só isso. Fica para marcar a data do convite ao cidadão.

**O SR. DEPUTADO GIACOBO** - Muito obrigado, Deputado, Deputado Fleury também. Então, eu vou explicar um pouco só sobre o requerimento. Acho que é importante. Esse requerimento, ele não é o autor da CPI, que fique bem claro. Quando eu falo que o requerimento não é autor da CPI, que nenhuma reportagem da *TV Bandeirantes* tampouco me fez fazer com que pedisse a CPI da SERASA. Pode ter ajudado, sim, mas eu acho de uma inteira valia realmente os esclarecimentos desse repórter, Sr. Sandro Barbosa, para que venha nesta Comissão. Ora, vamos marcar a data, então, previamente, após a elaboração do roteiro de trabalho do Relator, para que faça realmente a explanação desse vídeo que foi matéria jornalística da *TV Bandeirantes*. Eu tenho inteiro conhecimento dele, mas eu acho importante que os nobres Pares desta Comissão também tenham. Então, seria basicamente isso. Mas eu acato a sugestão dos nobres colegas para que fique ele aprovado, mas que a data seja marcada posterior à elaboração do roteiro de trabalho do nosso Relator.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Em votação o requerimento. (*Pausa.*) Não havendo discussão, aprovado. Passamos à pauta nº 3, Requerimento nº 3. Deputado Giacobbo.

**O SR. DEPUTADO GIACOBO** - Sr. Presidente, o Requerimento nº 3/03, requer que seja solicitada ao Ministério da Fazenda uma cópia autêntica de inteiro teor do processo administrativo que isentou a SERASA do pagamento de Imposto de Renda pelo período de 5 anos. Eu não tenho conhecimento somente extra-oficial, e se há realmente esse bônus concedido à SERASA. Que o Ministério da Fazenda traga ele e faça se tornar público para que nós possamos nos direcionar da legitimidade dessas isenções.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Em votação o Requerimento nº 3. Os Srs. Deputados que não queiram fazer comentários.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) - Pela ordem, Deputado Almir.

**O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA** - Nós estamos enfrentando aí fora manifestação, estamos enfrentando uma série de situações terríveis na Nação brasileira com as reformas. Fala-se de tributos, aumenta-se Imposto de Renda, aumenta ICMS, aumenta tudo, e, de repente, alguém dá 5 anos de isenção de Imposto de Renda para a SERASA, alguém do Governo. Tem milhares de pessoas em volta do Congresso neste momento querendo deixar de perder alguns reais, e alguém vem e dá 5 anos de isenção de Imposto de Renda para a SERASA. Depois de já ter dado 52 bilhões de reais para poder salvar os bancos, ainda dão desconto. Quando nós sabemos que o sistema financeiro hoje, ele é o que está batendo recorde de ganhos. O Brasil exportou 32 bilhões de dólares até agora, este ano, e já pagou de juros da dívida quase 40 bilhões. Tudo o que exportou, tudo o que saiu nos navios, nos aviões, nos caminhões para o MERCOSUL, tudo o que o País produziu não deu para pagar os juros da dívida. E são esses mesmos bancos, que possuem as ações do SERASA, é que estão ganhando dinheiro, com recorde de faturamento. São eles que estão tendo recorde de faturamento. Então, é de muita propriedade o requerimento do nobre Deputado Giacobbo, e tem todo o meu apoio,



mas eu não poderia deixar de expressar aqui minha indignação em relação a essa matéria. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zico Bronzeado) – Em votação. *(Pausa.)*  
Aprovado.

Devolvo a Presidência ao titular, para que possa conduzir os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Giacobbo) – Dando prosseguimento aos trabalhos, quero explanar aqui que há um requerimento de inclusão extrapauta do Relator, Deputado Gilberto Kassab, que teve a adesão do número regimental para que se colocasse em votação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** – Sr. Presidente, pela ordem. Requerimento extrapauta, de acordo com o Regimento Interno, a votação deve ser nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Giacobbo) – Não, nós não vamos votar, Deputado Fleury. Só estou relatando e vou levar ao conhecimento dos nobres pares que realmente o Deputado Kassab vai tirar o requerimento extrapauta desta reunião e será incluído na pauta da próxima reunião.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** – Eu só quero deixar claro, Presidente, antes que alguém ache que eu estou querendo embananar os trabalhos, que não é essa a intenção, eu simplesmente estou querendo que se cumpra o Regimento. Eu sou regimentalista por excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Giacobbo) – Não só o senhor, Deputado. Pode ficar tranqüilo que esta Comissão vai se pautar 100% em cima das normas da Casa, do Regimento Interno e da Constituição. Quero dizer, então, que o Deputado, Relator Gilberto Kassab, retira esse requerimento extrapauta. Mas também quero dizer que é de vital importância que se coloque na pauta da reunião marcada para o dia 24 — não nesta terça-feira, na outra —, porque o nobre Relator pede realmente que se qualifique o órgão SERASA, para dar prosseguimento àquilo que foi indagado pela nobre Deputada e os demais companheiros para que se elabore esse roteiro de trabalho. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos. Antes, convoco reunião para próximo dia 24, terça-feira, às 14h30min. Muito obrigado.